

O INDIO E A SALA DE AULA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA EM PAULO JACINTO – AL

Edilson Ribeiro da Silva *

José Adelson Lopes Peixoto (orientador)**

Resumo: A partir da segunda metade século XX, diferentes grupos étnicos, entre eles os indígenas, se mobilizaram ganhando espaços no cenário público nacionais evidenciaram a identidade cultural e contribuíram para desconstruir preconceitos até então arraigados nas mentalidades. Após essas reivindicações, surgiu a Lei 11.645/08 pondo em obrigatoriedade o ensino da temática indígena nas escolas públicas e particulares, porém, em muitas escolas, a Lei não é obedecida e quando é não a fazem de forma satisfatória. Tendo em vista que os problemas se iniciam com a formação dos professores, este corpus tem o objetivo de discutir os conturbados elementos do cotidiano escolar em torno da temática indígena na sala de aula, enfatizando relatos de alunos a respeito da história indígena. Esta pesquisa está amparada nos pressupostos teóricos de Bittencourt. Edson Silva, Agambem entre outros.

Palavras-chaves: Cotidiano Escolar. Escola. Docência.

Considerações Iniciais.

Ao abordarmos o ensino de história nos dias atuais, temos que ter a consciência de o quanto será difícil, principalmente no Brasil, por ter em sua sociedade várias culturas no mesmo território. O que ensinar? Como ensinar? Por qual razão ensinar? São perguntas que, enquanto professores de história, seremos obrigados a não só descobrir as respostas, como também, por essas respostas em prática, no exercício de nossas docências.

O professor irá ter em sala de aula um público diverso, composto por diferentes gêneros, cores, etnias, posicionamentos ideológicos, religiões diferentes, entre outros, por isso o viés no qual ele pensa muitas vezes refletem em ações inconvenientes para os alunos, assim como escreve Bauman, “ A modernidade é líquida” desse modo, o professor precisa deixar essa solidez de lado, e ser líquido como a água que se altera conforme o recipiente.

* Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL Campus III – Palmeira dos Índios. Membro do Grupo de Estudos da História dos Povos Indígena de Alagoas. E-mail: edilson-ribeiro@hotmail.com.br

** Historiador e Antropólogo. Professor Assistente na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III – Palmeira dos Índios. Coordenador do Grupo de Estudos da História dos Povos Indígenas de Alagoas. E-mail: adelsonlopes@hotmail.com

Ao problematizar o ensino, iremos perceber que o branqueamento do ensino de história que se tem no presente é fruto das misturas que ocorreram no passado, temos no mesmo patamar, a história sagrada e a história profana ou civil, isso porque no período colonial o ensino era muito limitado, ficando sobre a responsabilidade da Igreja, desse modo, quando a história aparece como ciência, no século XIX, fortifica-se como disciplina escolar, sendo inicialmente difundida pelas produções de Joaquim Manuel Macêdo, e posteriormente (a partir de 1840) pelo IHGB.

Desse modo, as erracias erguidas em sala de aula, são resultado de processos políticos do Brasil, os erros frequentes em sala de aula sobre a temática indígena ou o esquecimento da história e culturas dos povos indígenas pelos professores é reflexo que um branqueamento que produz uma sobra de preconceito e que já pendura mais de 500 anos.

Lutas com o estado, Mudanças na educação.

O Brasil é palco de inúmeras mudanças pelas quais a ordem política se reconfigura, conforme cada etapa da história. Fomos colônia, império e hoje somos república; mutilados por toneladas de informação, muitas vezes, repletas de Análises ou interpretações distorcidas, tal como as “verdades” de Hans Starden que modificam a história, vertendo-a para um viés etnocêntrico, desprezando as minorias e dando vez e voz aos poderosos, enfatizando o heroísmo do branco e invisibilizando o protagonismo das comunidades tradicionais, não apenas na construção da sociedade brasileira, mas também em todos os elementos constitutivos da ideia de nação brasileira.

Com efeito, diante do exposto nos perguntamos, qual seria o lugar do índio em nossa sociedade? Até meados do século XX o índio não tinha atuação no meio social, muitas vezes era tido como massa de manobra usada como instrumento manipulável, que foi reduzido em um processo de autonegação, de forma que, quem se afirmasse índio, estaria à mercê de inúmeras formas de violência; tomemos como exemplo Alagoas, em especial Palmeira dos Índios, onde a invisibilidade dos Xucuru-Kariri foi a estratégia adotada para se esquivarem da perseguição da sociedade não indígena, ao tempo que foi tática de resistência contra os ataques dos posseiros que se apropriaram de suas terras.

A Constituição de 1988, é uma das principais aliadas na ressurgência étnica, por reconhecer, aos índios, os direitos a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, garante o usufruto das terras onde fora comprovada a existência de seus antepassados, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens,

pelo menos em teoria. Com a consolidação dos movimentos indígenas e a visibilidade que ganharam a partir desses movimentos, começam a transformar e contribuir para o novo cenário da educação brasileira, regras começaram a ser quebradas, hierarquias se desorganizaram, o que era homogêneo começou a transcorrer dentro da heterogeneidade, a cultura escolar foi aos poucos se diluindo.

Transformações que só foram possíveis com a Lei 11.645, por obrigar que as escolas públicas e privadas acrescentem em seu currículo o ensino da história e cultura indígena em todo o currículo escolar, quebrando a ideia de tratar a temática apenas no dia 19 de abril, além de fazer com que não se construa uma seletividade de escola, uma vez que, uma grande quantidade de filhos dos latifundiários que ocupam terras indígenas situadas na área a ser demarcada provém de escolas privadas, que também devem obedecer a Lei. Cabe também destacar a importância do § 2º que traz em seu texto a ideia de que não apenas história, artes e literatura teria que abordar a temática, como também as matérias exatas, física química, biologia entre outras.

Na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) no período de 30 de maio a 03 de junho de 2016, foi realizado a primeira Semana de Matemática, que ofereceu ao seu público (estudantes de outras licenciaturas) um minicurso que teve a preocupação de trabalhar a temática indígena em números, trazendo elementos sobre a demarcação de terras assim como produção e população indígena de Palmeira dos Índios, contrariando a ideia de que apenas as disciplinas da área de humanas teriam que ter essa preocupação, ao mesmo tempo criando um alicerce para o § 2º da lei 11.645.

Desse modo, a referida lei se integra “com as propostas de educação étnico-racial explicitadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 17 de julho de 2007” (BITTENCOURT, 2013, p.102.) cujo cunho seria um desvinculamento do eurocentrismo arraigado nas escolas, trazendo à tona as culturas até então subjugadas. Porém, isso passa despercebido entre o corpo docente de muitas escolas brasileiras, porque ainda se tem em prática a ideia e a visão tradicionais de que todos somos iguais; ao afirmar isso estão ignorando as diferenças que existem em uma sala de aula, dificultando a possibilidade de uma formação discente completa, fomentando a incompreensão dos alunos a respeito da história indígena, fazendo com que o poder do discurso produzido pelo professor mais tarde transforme-se em práticas sociais, acarretando preconceitos para com os indígenas.

Deficiências na formação resultam na incompreensão dos alunos.

Como estão sendo ministrados os conteúdos que envolvem a questão indígena? As escolas obedecem a referida lei? Os professores são qualificados para tratarem de assuntos como estes? Tais perguntas podem ser respondidas ao analisarmos o que os alunos sabem sobre a temática, uma vez que estão em contato direto com escola e professores. Em pesquisas de campo feitas em uma escola do município de Paulo Jacinto foi possível coletar dados de estimável importância para esclarecimentos das dúvidas postas acima.

A entrevista acontece em uma sala de terceiro ano do ensino médio, de uma escola pública localizada no município de Paulo Jacinto, logo após algumas explicações, se questionou sobre como seria o índio e sua cultura? E em folhas de caderno os alunos escreveram suas respostas. Os entrevistados deram as respostas descritas abaixo. Como a entrevista envolve menores, estes serão referenciados como informante, um, dois, três e assim sucessivamente, pois além de preservar suas identidades, não expõe nenhum dos envolvidos no processo escolar na instituição pesquisada.

“Os índios eram muito trabalhadores, eles eram politeístas, matavam animais para sua sobrevivência e sua filha era obrigada, quando completasse uma idade, já tinha que ser mulher com 12 anos, gostava muito dos seus rituais principalmente a capoeira”. (INFORMANTE 1)

Observem que na fala do entrevistado ao tratar de índio refere-se ao ser do passado; a expressão “eram” é repetida mais de duas vezes em sua pequena explanação, outro ponto importante para analisarmos é a confusão que o entrevistado comete ao afirmar que a capoeira seria um ritual indígena. Vejamos também que a generalização do índio se encontra presente em sua fala ao afirmar que com 12 anos as índias seriam obrigadas a perder a virgindade, afirmação essa que conseguiu, segundo ela, com o comercial do ABC da Amazônia, fazendo com que a televisão, tal como a escola transforme-se em dispositivo de multiplicação de conhecimentos equivocados, pois como tal, insere-se no que,

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar, os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivente. (AGAMBEN, 2009, p. 41)

Conforme explica Agamben, a televisão e a escola seriam dispositivos manipuladores, pois ela modela os gestos e as condutas, as opiniões e os discursos dos discentes, generaliza o índio, quando não mostra que os povos indígenas são diferentes entre si, folcloriza o índio na medida em que no dia 19 de abril faz com que os discentes do

primeiro ciclo do ensino fundamental dançam em círculos, se enfeitam com adereços que se aproximam do índio americano ou dos desfiles carnavalescos que se tem na Sapucaí, o que acaba acarretando práticas sociais e culturais equivocadas.

Após mais de oito anos da existência da Lei, muitas escolas do Brasil encontram-se em uma situação semelhante às escolas de Paulo Jacinto, que não trabalham com a temática indígena no decorrer do ano letivo, obviamente que não podemos ser deterministas e afirmar que nunca trabalharam, mas podemos perceber que algumas escolas ignoram as diferenças, padronizando ou hegemônicas as culturas, sendo as responsáveis pela despreparação e desinformação de alunos sobre a referida temática, como pode ser facilmente observada na fala do informante 2.

“Eu não sei muita coisa sobre os índios, mais {sic} o pouco que eu sei é que os índios foram os primeiros habitantes do Brasil e que alguns índios usam poucas roupas e que eles caçam as próprias comidas e que eles vivem em aldeias dentro de ocas e que eles vivem livres”. (INFORMANTE 2)

Cabe observar que, em sua fala o aluno deixa explícito o quão pouco sabe sobre a temática indígena, mas também que as informações que lhe foram passadas estão desatualizadas, uma vez que, não vivem mais em ocas, é uma fala superficial por ser alimentada pelo que está apenas posto nos materiais didáticos, como também é uma fala desconhecadora da realidade vivida pelos povos indígenas que vivem em conflitos, que são perseguidos, assassinados e expulsos frequentemente das suas terras. Essa situação aparece na mídia da região central, mas acontece frequentemente e é silenciada pela mídia em Alagoas.

Se perguntarmos a alunos que estão regularmente matriculados no terceiro ano do ensino médio, na cidade de Paulo Jacinto, qual assunto trabalharam nos últimos meses sobre a temática indígena, a resposta vai ser simplesmente “nenhum” talvez respostas desse tipo levaram a autora Circe Fernandes Bittencourt a discorrer sobre o ensino da temática indígena nas escolas, trabalhando com memórias e esquecimentos dentro do currículo escolar e que na visão da autora se transformaram em tradição escolar, assim ela afirma que:

Para a história escolar, em particular, programas curriculares e livros didáticos introduzem as populações indígenas ao abordarem a história do Brasil ou história da América na idade moderna. Os povos indígenas se inserem em tópicos da fase denominada Colonização, sendo que, nos períodos posteriores a constituição do estado nacional, desaparecem de cena. No entanto, apesar dos esquecimentos dos indígenas em vários outros momentos da história, pode-se constatar, por intermédio da documentação escolar, trata-se de um tema integrado a uma certa *tradição* no ensino de história. (BITTENCOURT,2013,p101)

São nessas memórias e esquecimentos que o eurocentrismo toma força e essa tradição escolar que invisibiliza o índio tem maior poder, consagram-se momentos para estudar tal temática (19 de abril), propagam-se imagens de índios genéricos nos corredores das escolas, criam-se discursos que muitas vezes não condizem com a realidade, e assim nasce uma teia de preconceitos que serão reproduzidos por esses alunos na sociedade, isso leva-nos a inferir que a escola não esqueceu apenas a temática indígena como também o seu papel de preparar os alunos para viver em sociedade.

São diversas as dificuldades encontradas entre os professores, seja ele, de ensino médio ou de fundamental ao tratar do ensino da temática indígena nas escolas; se analisarmos o percurso de sua formação ficará claro as deficiências em sua formação isso porque uma grande quantidade de universidades brasileiras não tem a disciplina de história indígena como obrigatória, aparecendo apenas como optativa e em muitas nem com optativa. E porque optar por algo que você é obrigado a ensinar? Por isso a necessidade de uma formação contínua, para que aqueles professores que não optaram ou não tiveram oportunidades saibam ministrar essas aulas.

O governo tem que direcionar os olhares para aqueles professores que estão no exercício da docência, uma vez que estão em contato direto com os alunos, possibilitando oportunidades de um programa de formação continuada, para que aqueles professores que se formaram, há anos, se atualizem diante das constantes mudanças que acontecem no ensino, preocupação essa explicitada também por Edson Silva;

No âmbito da chamada formação continuada de professores/as, outro aspecto ainda mais desafiador vem sendo a superação de um limite: a ausência do compromisso profissional com o ensino sobre a temática indígena. Como motivar o/a professor/a, o/a profissional da educação que atua há vários anos, seja em sala de aula, seja em outras atividades pedagógicas, para o interesse pelo aprendizado, o conhecimento a respeito dos povos indígenas, quando, por convicções ideológicas, posturas racistas e excludentes e também as precárias condições de trabalho não estimulam suas ações docentes sobre a temática indígena.

Sabe-se que é necessário encarar a realidade da existência de inúmeros indígenas espalhados pelo território brasileiro, estejam localizados na área urbana ou rural; omitir ou ignorar essa existência feri todas as ideias de transformar a escola em um lugar para todos. E porque se exclui uma parte da população? Conviver com a diferença significa respeitar uns

aos outros, sem distinção de crença, cor, raça ou orientação sexual e preparar as pessoas para isso é também responsabilidade das escolas.

A imagem construída do índio pela escola é a mesma retratada nos manuais didáticos, tornando os livros uma discrepância ambulante, mas por ser uma das armas que facilitam o trabalho exercido pelos professores para transmitir conhecimentos aos seus alunos são fontes endossadas pelo governo que fazem as mentiras se solidificarem.

Um ponto para entendermos essas lacunas expostas pelos alunos é a preparação que eles tiveram dos 6 aos 10 de anos durante o primeiro ciclo (do 1º ao 5º ano) do ensino fundamental, uma vez que os mesmos foram preparados por pedagogos, pessoas que não têm formação específica, desconhecendo assim a temática indígena. Como falar de algo que não conheço? Seria o mesmo que um deficiente visual por a mão no fogo, pois iria apenas causar danos, a queimadura cicatrizaria, mas as informações distorcidas ou incompletas modificam a realidade, criam ou perpetuam estereótipos e o aluno não exercita ou não cria o senso crítico.

A pedagogia tem uma maneira bem jesuítica de colonizar as mentes das crianças. No dia 19 de abril as professoras do fundamental pintam os rostos dos alunos, põem as músicas temáticas e dançam em círculos, talvez até acreditando que com tais performances ocorre o aprendizado sobre o papel e o lugar do índio na sociedade e na história.

Em 2008 o MEC formulou um plano de implementação de diretrizes curriculares nacionais, acerca das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura Afro-brasileira e Africana, porém, oito anos após a implementação da Lei 11.645, ainda não se tem de fato um plano do MEC para tratar a respeito da temática indígena. No dia 18/04/2016 (dezoito de abril de dois mil e dezesseis) o CNE (Conselho Nacional de Educação) lançou um parecer cujo o objetivo seria resolver essas lacunas no ensino, objetivando, juntamente com o MEC, a formação continuada, para os professores que estão no exercício da docência, e as orientações para as novas aquisições de livros, mas o parecer deixou a desejar nas obrigações que seriam desempenhadas pelas IES (Instituições de Ensino Superior).

Nessa perspectiva a formação do docente desempenha um papel de relevante importância, pois ele vai ser o responsável por difundir conhecimentos que irão ser incorporados ao discurso de muitos alunos e é nesse contexto que o saber e o poder já tão discutidos por Foucault vão se alicerçar. Os professores, com o poder do discurso, vão condicionar as crianças a aprenderem por ser o “dono” do discurso e os alunos vão modelar suas práticas sociais e discursos baseados no que se escuta nas escolas.

Considerações finais

Tendo em vista todos os problemas citados acima, cabe aos profissionais se atualizarem diante da Lei 11,645/8, com o intuito de se preparar e contribuir para a construção de uma sociedade plural e igualitária, Diante disso, esta pesquisa é relevante por contribuir para a lucidez e clareza de situações frequentes nas escolas, práticas que consiste em mascarar, cobrir e resguardar irregularidades a respeito do ensino da temática indígena, propiciando o surgimento de um aparelho reprodutor, de imagens criadas por jesuítas, viajantes, colonos ou literatos, que propagou-se até os dias de hoje e que é adquiridos por muitos professores como algo verídico, por ser encontrados nos manuais didáticos.

Existe a necessidade de vistorias para ver como tais leis estão sendo aplicadas na prática docente. Pessoas preparadas são necessárias para assumir tal tarefa e serão responsáveis por desconstruir o pensamento obscurecido pela escola ao longo do tempo com suas limitações e despreparo. É mister que em complemento ao livro didático sejam utilizadas metodologias de aprendizagem cujo embasamento esteja em textos de autores engajados com a causa indígena ou produzidos pelos próprios índios, entre outros pressupostos que possam contribuir para que os alunos aprendam e entendam como este Brasil se formou.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. Crítica do contemporâneo. Agamben. Marramo. Rancière. Sloterdijk. Política. Conferências Internacionais Serralves: 2007.
- Educação e diversidades: um diálogo necessário na educação básica/Gilberto Geraldo Ferreira, Edson Hely Silva, José Ivamilson Silva Barbalho, (orgs). – Maceió: EDUFAL, 2015.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **Educação escolar indígena no Brasil**: avanços, limites e novas perspectiva. Goiânia-GO, 2013.
- BRASIL. **LEI n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, março de 2008.
<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988>
acessado em 29/09/2015.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas* - estratégias para entrar e sair da modernidade.
- BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos p 28.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987, p 4.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um Conceito Antropológico** Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p 52.

PACHECO, João de oliveira. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Rio de Janeiro, 1997 p 66.